

# A ação de D. João VI no Brasil

L. P. Macedo Carvalho\*

As comemorações dos 500 Anos do Descobrimento, lembra o autor, só terão real significado se incluírem reavaliações da trajetória histórica do Brasil ao longo desse período. Nesse sentido, ele apresenta a figura de D. João VI e sua obra em nosso País como objetos deste ensaio.

*A História julga só os resultados e não os propósitos.*

Gregório Marañón, *Tibério*

**C**elebrar é repensar. As comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil só terão portanto real significado se incluírem reavaliações da trajetória histórica percorrida ao longo desse período.

Não se pode escapar ao julgamento dos anos. Nenhum fato é poupado. Somente o implacável juiz tempo o pereniza ou o sentenciar ao irremediável esquecimento. Os fatos só se eternizam, porém, quando resistem ao crivo dos anos em função do valor intrínseco e

do benefício proporcionado às instituições e à sociedade.

A História é a tela onde se projetam as imagens das ações humanas marcantes que legam ensinamentos valiosos, pouco importando o ângulo em que se postem os analistas ou críticos. A História preocupa-se apenas com o real, que é o racional. Ela é feita de fatos concretos, justiça e verdade, não por antipatia ou simpatia.

As ações de natureza essencialmente material desaparecem no horizonte; somente as de ordem espiritual, intelectual e moral incor-

poram-se ao patrimônio ético e histórico das nacionalidades, imortalizando aqueles que as empreenderam, ou seja, os agentes dos fatos.

Parece que já é hora de reavaliação da figura histórica de um rei injustiçado na historiografia brasileira e, particularmente, na portuguesa - D. João VI. A imagem distorcida que dele vem sendo constantemente transmitida é, na maioria das vezes, folclórica. Nas páginas da História, D. João é apresentado como um personagem bonachão, despreparado, feio, fraco, glutão, de limi-

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.

tados dotes intelectuais, que abandona a metrópole à sãha dos invasores franceses e ao posterior autoritarismo de Beresford, fugindo, com medo de Napoleão, para a Colônia, onde passou a ter uma boa vida, alheio a tudo e deprimido.

À luz da verdade, com a invasão de Portugal pelas tropas de Andoche Junot, não restava alternativa ao príncipe regente senão transferir a Corte para o território português do Estado do Brasil, a fim de preservar a Coroa, a dinastia dos Braganças e o próprio reino de Portugal. Do contrário, ficaria na ameaça de cair prisioneiro de Napoleão, como aconteceu a seu cunhado Fernando VII, ocupante do trono da Espanha. O bloqueio continental instituído pelo Decreto de Berlim colocara Portugal em posição difícil: caso se opusesse ao fechamento dos seus portos, imposto pelos franceses, ficaria à mercê de Napoleão, com as fronteiras expostas; se aceitasse a política da França arriscar-se-ia à perda do Brasil. O Exército de Portugal achava-se sem condições de oferecer resistência às forças invasoras espanholas e francesas. O refugio no Brasil mostrava-se lógico, tendo sido vaticinado pelo

Padre Vieira, por D. Luiz da Cunha (famoso diplomata) e esboçado mesmo, anteriormente, por outros administradores lusos como o grande estadista Marquês de Pombal. Não se deve esquecer que até o Primeiro-Ministro inglês William Pitt preconizara a instalação da capital do império português no Planalto Central do Brasil para salvaguardar a monarquia em perigo. Acresça-se ainda que o vasto Oceano Atlântico interpondo-se entre o Velho Mundo e a América proporcionava natural proteção, controlado pela poderosa esquadra inglesa, conforme até Napoleão evidenciava, em instruções expedidas de Bayonne ao Almirante Decrés.

Não se pretende fazer de D. João VI um herói dotado de brilhante inteligência, com rasgos de atitudes corajosas e rápidas, mas também é inaceitável vê-lo retratado grotescamente como um idiota sem visão política, demasiadamente vacilante e desvalido. Na realidade, debaixo da aparente timidez e lentidão de seus atos, escondia-se uma mente atilada, equilibrada, prudente e sagaz. Ao postergar a tomada de decisões, jogava uns contra os outros, conselhei-

ros e ministros, dividindo-os para reinar e derrotar os adversários. Valia-se de evasivas para ganhar tempo e tirar vantagem, o que o caracterizaria como homem de imaginação e de percepção aguçada.

É um grande equívoco interpretar-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil como mera fuga. Fora bem planejada, com bastante antecedência. Não se tratara de improvisação. A genial mudança do Governo com seu acervo histórico e os meios indispensáveis à administração atesta isso. Ninguém se muda, de uma hora para outra, de um lado para outro do Atlântico, enfrentando enorme resistência dos seus compatriotas e inimigos, com uma comitiva da ordem de 15 mil pessoas, incluindo fuzileiros da Brigada Real da Marinha e biblioteca particular, em 15 naus e fragatas abarrotadas de documentos, pratarias, roupas, utensílios diversos e suprimentos, acompanhado da nobreza, acadêmicos, professores, técnicos, crianças, mãe doente, mulher contrariada e, inclusive, do herdeiro do trono, sem maiores razões do que o simples medo de Napoleão. Não se mudara apenas a Corte mas

o Estado, afirma Pedro Calmon. A trasladação da Corte para o Rio de Janeiro deve ser considerada mais u'a manobra política arguta e feliz do que deserção covarde, assevera o historiador Oliveira Lima. Não resultou subitamente de um recurso extremo e irrefletido.

É preciso conhecer um pouco a história da diplomacia inglesa para se entender o que se tramava nos bastidores do poder. Em carta remetida da Inglaterra a Strangford, embaixador inglês em Portugal, Lorde Canning revela a existência de um acordo secreto para apoiar o Príncipe Regente D. João a estabelecer no Brasil um grande reino com a possibilidade de expansão territorial na Cisplatina, como de fato, mais tarde, veio a ocorrer. Strangford, em correspondência enviada ao seu país, informa que D. João relutou em deixar Portugal até o último momento, o que corrobora a idéia de não ter havido uma fuga, mas a implementação de um projeto.

## D. JOÃO E O RIO DE JANEIRO

A vinda de D. João para o Rio de Janeiro, segundo o escritor Euclides da Cunha,

constituiu *a transmutação em nossos destinos*. A cidade colonial, de ruas estreitas e casario simples, habitada, em maior parte, por escravos e comerciantes de poucas letras, transformara-se em capital do Reino de Portugal.

De saída, a cidade conquistou o Príncipe Regente pelo carinho demonstrado na efusiva recepção do povo carioca. E D. João, reciprocamente, pela sua simplicidade e pela boa vontade em atender aos reclamos de sua gente, conquistou o Rio de Janeiro.

Instalados em casarões nos pontos estratégicos do alto dos morros, os beneditinos no Morro de São Bento, os franciscanos no Morro de Santo Antônio e os jesuítas no Morro do Castelo dominavam a cidade. Com a ocupação do palácio dos vice-reis, elevado à categoria de Paço Imperial, como é até hoje conhecido, e da cadeia pública, desalojados os carmelitas de seu convento contíguo para acomodar a rainha-mãe e a sua igreja alçada a Capela Real e, *a posteriori*, a mudança para a Quinta da Boa Vista (recebida como presente), D. João desencadeou a expansão da cidade, dando início

ao *Plano de Enxugo* das várzeas e às obras de saneamento. Nasceu assim, em seguida, o bairro de São Cristó-

***A vinda de D. João para o Rio de Janeiro, segundo o escritor Euclides da Cunha, constituiu a transmutação em nossos destinos. A cidade colonial, de ruas estreitas e casario simples, habitada, em maior parte, por escravos e comerciantes de poucas letras, transformara-se em capital do Reino de Portugal.***

vão, com belos casarões, que viria a tornar-se, por muitos anos, uma área nobre da cidade. A arquitetura barroca é substituída pelo estilo neoclássico. Aparecem os primeiros botequins, confeitarias e salões de bilhar e gamão. O Rio de Janeiro ganha nova vida social com festas e saraus, representações teatrais, música, dança, recitais, e até balés.

O aumento repentino da população do Rio de Janeiro, da ordem de 60 mil habitantes, em 1808, para 130 mil, em 1818, levou os novos moradores a se apossarem das melhores residências da cidade, com base na legislação real, apondo-lhes à porta as iniciais PR (Príncipe Regente), que o povo,

ironicamente, traduzia por *Ponha-se na Rua*. A solução para os antigos habitantes foi buscar moradia em outras áreas, na zona rural, aparecendo as chácaras.

As melhorias urbanísticas do Rio de Janeiro atingem o apogeu com a chegada de D. João. O Príncipe Regente possuía a fazenda de Santa Cruz, propriedade na Ilha de Paquetá, e adorava passear de galeota na Ilha do Governador.

Foi D. João que trouxe a muda de palmeira imperial para o Brasil, que acabou se tornando símbolo do Império brasileiro.

Com a instalação da sede do governo no Rio de Janeiro, D. João colocou em prática uma política administrativa que obrigou a elaboração de projetos para transformá-la em capital do Reino. Promoveu a vinda da Missão Francesa e de missões científicas, encomendando projetos para a construção da Biblioteca Real e do Senado. Foram criados o Banco do Brasil e a Imprensa Régia que enseja o aparecimento, a 10 de Setembro de 1809, do primeiro periódico editado no Brasil - a *Gazeta do Rio de Janeiro* -, com material tipográfico adquirido em Londres, e a primeira revista - *O Patriota*.

Autorizou a extração de sete loterias para angariar fundos destinados à construção do Teatro São João, inaugurado em 1813 com um drama lírico, revolucionando a vida dos cariocas e despertando o gosto pela música e pelas artes cênicas.

Em síntese, empreendeu a reforma da sociedade brasileira, rompendo com as estruturas econômica e política coloniais.

Novos pratos e vinhos foram incorporados à cozinha brasileira, assim como normas de etiqueta européia. As antigas construções simples, com poucos móveis rústicos e utensílios domésticos escassos, conhecem peças de porcelana e requintes. Os baús para se guardar roupa viram-se substituídos por armários. Penteadeiras, papeleiras e escrivaninhas, mesas de jogo, de costura, guardalouças, aparadores, conversadeiras, até então inexistentes, incorporaram-se ao mobiliário das residências.

Construiu-se o cais do Valongo; ampliou-se a iluminação das ruas; instalaram-se o chafariz das lavadeiras no Campo de Santana, o do Catumbi e o da Rua do Riachuelo; edificaram-se quartéis para a Divisão Militar de Polícia; apareceram casas de

modas e cabeleireiros para fazer *tropa-moleques* (penteados altos); janelas envidraçadas substituíram as de madeira com cortinas; surgiram as hospedarias e o Hotel Pharoux. A Biblioteca Real, instalada em dependências do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, foi franqueada ao público, e o Arquivo Real, estruturado. Inauguraram-se as igrejas de Nossa Senhora da Candelária e da Santa Cruz dos Militares.

Era visível que D. João gostava realmente da cidade, tendo sido um agente do bem para o Rio de Janeiro, onde deixou marcas indeléveis de sua passagem pelo Brasil.

## MISSÃO FRANCESA E MISSÕES CIENTÍFICAS

Com o objetivo de dar nova feição ao Brasil e introduzir conhecimentos artísticos e científicos entre os habitantes do Reino - demonstração nítida da filosofia do Iluminismo -, por solicitação de D. João, o Marquês de Marialva reuniu, em 1815, na França, um grupo de artistas e especialistas para transmitir informações necessárias ao desenvolvimento da agricultura, da mineralogia, da

indústria, do comércio e das artes no Brasil.

Segue-se a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro, introduzindo-se o estilo neo-clássico.

A Missão Francesa - denominação com que ingressou na história -, chefiada por Joachim Lebreton, traz ao Brasil Jean Batiste Debret, autor da famosa obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, retratando o dia-a-dia de nossa gente; Nicolas Antoine Taunay, pintor; Auguste-Marie Taunay, escultor; Auguste-Henri Victorio Grandjean de Montigny, arquiteto, que projetou a Praça do Mercado, mais tarde a Alfândega, a Biblioteca Real e o Senado; Charles Simon Pradier, gravador; François Ovide, professor de mecânica; Marc e Zeferino Ferrez, escultores; Sigismund Neukomm, professor de música, e outros aprendizes e artífices estrangeiros de vários ofícios. Fundou-se, então, a Academia Real de Desenho, Pintura e Escultura e Arquitetura Civil.

Visitaram o Brasil diversas outras missões científicas e artísticas, integradas por von Spix, von Martius (naturalistas), Emanuel Polh, Thomas Ender (aquarelista), Auguste

Saint-Hilaire e J. M. Rugendas, cujos desenhos reproduzindo aspectos do Rio de Janeiro se notabilizaram; o Barão von Eschwege, pai dos geólogos brasileiros; Andrew Grant, médico inglês autor de uma *História do Brasil*, que ensejou Robert Southey a elaborar admirável trabalho científico; o Príncipe Maximilian von Wied-Neuwied, botânico e zoólogo; o italiano Giuseppe Raddi, mineralogista; o alemão a serviço da Rússia Barão Georg Heinrich von Langsdorff, naturalista, e muitas outras personalidades.

Desses trabalhos resultou a criação do Museu Real, instalado em um palacete do Campo de Santana com acervo proveniente da Casa dos Pássaros, conservado pelo Tenente-General Napion.

## REFORMA ECONÔMICA

O ano de 1808 assinala o início da grande reforma econômica no Brasil. O acúmulo de ouro e prata que determinara a intervenção do Estado absolutista na produção e comercialização de metais preciosos - característica do Mercantilismo - era substituído pelo Liberalismo.

O ato da *Abertura dos Portos* - combinado com o Alvará que permitia liberda-

de de indústria - mudou totalmente o cenário da economia, passando-se a vender e a comprar de tudo. A liberdade de comércio fazia o Brasil mais independente economicamente de Portugal. Em 1809, os Estados Unidos começaram o intercâmbio comercial com o Brasil, seguidos da França, poucos anos depois, e de outros países europeus.

A assinatura por D. João de atos liberando a produção de bens manufaturados e suspendendo a proibição de instalação de fábricas, bem como isentando de impostos e taxas matérias-primas para funcionamento de indústrias no Brasil, deu um novo e enorme impulso à economia.

Ainda em Salvador, o Príncipe Regente resolveu criar uma *Aula de Ciência Econômica* no Rio de Janeiro, designando para tal José da Silva Lisboa.

No mesmo ano de 1808, D. João criou o Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, que mais tarde teria filiais na Bahia e em São Paulo, além da Casa da Moeda, instituição que ocupou a Casa dos Pássaros. Entraram em circulação bilhetes e apólices do governo, que dariam origem ao

papel-moeda. Antes da vinda do príncipe, os empréstimos eram feitos pela burguesia mercantil, individualmente, e pelas instituições religiosas, hipotecando-se, em troca, imóveis, escravos e os produtos exportáveis da colônia. Criado o Banco do Brasil, este passou a receber depósitos, a realizar descontos e conceder empréstimos, tendo apenas o controle de venda dos produtos monopolizados pelo Estado - diamantes e pau-brasil. O banco possuía acionistas nacionais e estrangeiros e suas ações estavam isentas de penhora. Em 1809, D. João igualou o valor das moedas de cobre e de prata, colocando em circulação os *patacões* de prata, de 960 réis.

Datam também da mesma época a entrada em funcionamento da Junta de Comércio e da Junta de Agricultura, Fábricas e Navegação.

Em consequência das concessões feitas pelos tratados de aliança e comércio com a Inglaterra, por influência de Lorde Strangford, vários cidadãos ingleses se estabeleceram no Rio de Janeiro com representações de empresas britânicas. Surgiu uma linha de navegação direta entre Liverpool e Rio de Janeiro e, depois, Salvador.

A construção naval foi incentivada, sendo posta em tráfego, na Baía de Todos os Santos, uma embarcação a vapor com motor importado da Inglaterra por Caldeira Brant posteriormente Marquês de Barbacena.

Incentivou-se a agricultura do açúcar, algodão, fumo, cacau e arroz, com a introdução de máquinas primitivas de beneficiamento. O café apareceu na pauta de exportações. Em decorrência da tomada de Caiena, introduziram-se no Brasil algumas plantas desconhecidas: abacateiro, fruta-pão, canforeira, noqueira, moscadeira, mangueira, toranja (*grape-fruit*) e cravo-da-índia. Intensificou-se a produção de chá. D. João fundou o Horto Real, atual Jardim Botânico, com a finalidade de aclimatar mudas de cana caiana, café, chá e outras plantas.

O governo providenciou a vinda para o Rio de Janeiro de várias famílias de chineses oriundas de Macau.

Floresceram manufaturas de diversas naturezas, tais como fábricas de tecidos de algodão e os curtumes.

Autorizou a concessão de sesmarias a estrangeiros.

A indústria extrativa mineral recebeu especial aten-

ção, dando-se plena liberdade aos ourives.

Deve-se a D. João o começo da indústria siderúrgica no Brasil. Sabedor da riqueza das reservas mine-

*Em decorrência da tomada de Caiena, introduziram-se no Brasil algumas plantas desconhecidas: abacateiro, fruta-pão, canforeira, noqueira, moscadeira, mangueira, toranja (grape-fruit) e cravo-da-índia.*

rais, o Conde de Linhares fomentou a produção de ferro. Em 1809, o Intendente Geral das Minas e Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt de Sá, pôs em funcionamento a *Fábrica do Pilar* em Minas Gerais, produzindo ferro-gusa, pela primeira vez, alguns anos depois. Mais adiante, o jovem tenente de artilharia alemão Wilhelm von Varnhagen, veterano das lutas contra os franceses em Portugal, à testa da Real Fábrica de São João do Ipanema, próximo a Sorocaba, São Paulo, conseguiu produzir ferro-gusa de alto-forno. Outro alemão, com serviços militares prestados anteriormente em Portugal, Barão Eschwege, inaugurou a *Fá-*

*brica Patriota*, com fornos catalães, perto de Congonhas do Campo, Minas Gerais, fundindo as primeiras barras de ferro. Todos esses estabelecimentos fabris valiam-se de mão-de-obra assalariada e de escravos.

Pelo Alvará de 25 de novembro de 1808, o governo autorizara que estrangeiros se tornassem proprietários de empresas no Brasil. Dez anos mais tarde, o Contrato Gachet registra a imigração de alguns casais alemães e suíços para as cercanias do Rio de Janeiro, Nova Friburgo, mas o programa de imigração fracassou por causa da concorrência do braço escravo.

## **FORTALECIMENTO MILITAR**

Logo ao chegar no Rio de Janeiro, D. João se preocupou com a questão de defesa do Brasil. De pronto, o governo joanino tomou uma série de medidas para o fortalecimento militar da Colônia, podendo-se mesmo considerá-las como iniciadoras da organização da força terrestre brasileira.

Confiou D. João a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de

Linhares, seu autêntico braço direito enquanto viveu, até 1812. O Ministério da Marinha e Ultramar foi entregue ao Conde de Anádia, D. João Rodrigues de Sá e Menezes. Entre os seus primeiros atos político-administrativos promulgados, destacam-se a criação do Conselho Supremo Militar e a da Intendência Geral da Polícia da Corte.

D. João já desembarcou no Rio de Janeiro, em 1808, trazendo consigo a Brigada Real da Marinha que, transformada em Regimento de Artilharia, seria a célula máter do Corpo de Fuzileiros Navais, cuja relevante atuação na tomada de Caiena e na campanha de incorporação da Cisplatina valeram-lhe prestígio, desfrutado até os dias de hoje.

Diante da premência de defesa e segurança dos vastos domínios da Colônia, determinou a reorganização do Arsenal de Marinha e a instalação da Academia de Marinha e da Companhia de Guardas-Marinha nos dormitórios do Mosteiro de São Bento.

Em 13 de maio de 1808, foi criado o posto de almirante-general, investindo nele o Infante D. Pedro Carlos, e começou o preparo da frota naval que iria permitir a

invasão da Guiana Francesa e apoiar as ações ofensivas no Prata.

A situação militar da Colônia era deplorável. A

*O governo joanino tomou uma série de medidas para o fortalecimento militar da Colônia, podendo-se mesmo considerá-las como iniciadoras da organização da força terrestre brasileira.*

tropa, sem disciplina e instrução, pessimamente fardada, mal comandada, tinha até de exercer outras ocupações para se manter. Afora a tropa de linha, cujo efetivo não ultrapassava 2.000 homens, havia no Rio de Janeiro, por ocasião da chegada de D. João, apenas dois regimentos de milícia, integrados por lojistas, caixeiros e aprendizes que ocupavam, inclusive, os postos de oficiais, num total de 1.500 milicianos. Esse quadro exigia melhor organização militar e maior atenção à formação dos oficiais, além de reforçar a defesa.

Com a finalidade de defender o Rio de Janeiro de incursões estrangeiras, D. João reestruturou o Arsenal de Guerra da Ponta do Calabouço (onde se situa hoje o Museu Histórico Nacio-

nal) nos moldes do seu congêneres de Lisboa, para reparar o armamento das fortificações, fabricar munição de artilharia, lâminas de espada, armas de fogo e fundição de canhões.

O Alvará de 1<sup>o</sup> de março de 1811 instituiu a Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições.

Por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, foi criada a Academia Real Militar (berço da Academia Militar das Agulhas Negras), provisoriamente sediada na famosa Casa do Trem, e dois anos depois transferida para a inacabada Sé, no Largo de São Francisco de Paula, para formar hábeis oficiais de artilharia e de engenharia, em curso de sete anos de duração. Presidia a Junta Militar da Academia o Tenente-General Carlos Antônio Nacion, italiano de nascimento radicado em Portugal que, na época, exercia o cargo de Chefe do Estado-Maior dos Exércitos e as funções de membro do Conselho Supremo Militar. Nacion atивou também a Casa do Trem e a Casa das Armas, no Morro da Conceição. Diretor do Arsenal da Casa do Trem, foi nomeado Inspetor Geral de Artilharia, Arsenais, Fábricas e

Fundições, instalou uma Fábrica de Pólvora à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas e dedicou-se ao reaparelhamento das fortificações do Rio de Janeiro.

Poucas semanas após desembarcar, D. João organizou o Arquivo Real Militar na Casa do Trem, com mapoteca do interior e do litoral, além de plantas das fortalezas, baterias e artefatos de guerra.

No Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo, foi instalado o Real Hospital Militar, que passou a tratar também de doenças mentais, adotando os novos métodos do médico francês Phillipe Pinel.

Com a nova organização militar, surgiram as companhias de caçadores e de granadeiros.

Em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente criou o 1<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria (atual Regimento de Dragões da Independência), a oito subunidades, tendo por base o esquadrão já existente, a Guarda Real do Príncipe, também denominada Archeiros da Guarda Real, um batalhão de caçadores, um corpo de artilharia a cavalo - invenção espanhola - e um quadro de artífices para o Arsenal de Guerra.

Reorganizou a tropa de linha na Bahia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, aumentando os seus efetivos.

À semelhança da gendarmaria da metrópole, na mesma época D. João constituiu a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte no Rio de Janeiro.

Extinguiu o antigo sistema de ordenanças, alicerces da estrutura militar portuguesa durante quase dois séculos e meio, estabelecendo novas normas para a seleção de oficiais.

Acelerou-se a construção de quartéis no Rio de Janeiro, destacando-se o do Campo de Santana, onde funcionou mais tarde o Quartel-General do Exército, demolido na República.

Alterou o plano de uniformes do Exército, tomando como modelo o fardamento do Império francês.

O Príncipe Regente ordenou a constituição e a vinda de Portugal de uma Divisão de Voluntários Reais, integrada por tropa de artilharia, cavalaria e infantaria, no valor de 4.850 homens. O restabelecimento da ordem em Pernambuco e a campanha da Cisplatina determinaram o envio de expressivos reforços - a *Di-*

*visão Auxiliadora* (quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia).

Devem ser mencionadas ainda outras medidas tomadas por D. João, que influíram direta ou indiretamente na estruturação da força terrestre de então no Brasil, tais como: a transformação da Brigada de Cavalaria de Milícias em dois regimentos; do Batalhão dos Caçadores dos Henriques em regimento no Rio de Janeiro; a instalação de várias fábricas de *espingardas* em Minas Gerais; a inauguração de novas oficinas na Fábrica de Armas da sede da Corte; a organização do Corpo de Veteranos para inválidos, de corpos de tropa no Norte e no Nordeste; além da criação da Artilharia do Maranhão e do Regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões (Rio Grande do Sul).

Sem dúvida, a reestruturação militar efetuada por D. João VI contribuiu decisivamente para a expansão geográfica máxima já atingida pela Colônia, dando forma a um Exército regular, de caráter nacional, que visa a apoiar o processo da independência política do Reino do Brasil.

## A AÇÃO POLÍTICA

O projeto de criação de um grande reino na América é fundamental para a compreensão do processo emancipador político do Brasil. D. João, afora salvar a Coroa e preservar a dinastia de Bragança, assegurou a integridade do território e a soberania do Brasil. O maior legado de D. João para o Brasil foi a unidade territorial e lingüística, base indispensável à estruturação do Estado nacional. D. João lançou os alicerces das principais instituições político-econômicas que viabilizaram o crescimento do Brasil, para não mencionar as de caráter administrativo, científico-cultural, jurídico e militar, encerrando o período colonial. A vinda de D. João para o Brasil tem grande significado na estruturação do futuro Império brasileiro e na elaboração do projeto político e civilizatório da nova nacionalidade e do Estado. A *Abertura dos Portos*, em 28 de janeiro de 1808, encerra um período da economia brasileira iniciado em 1500. Por esse ato, a presença do monarca no Rio de Janeiro tornou Portugal *colônia da colônia*, o que acabaria por

contrariar as Cortes de Lisboa, com a elevação à condição de Reino, precedendo o Algarve. É um marco tão

***O maior legado de D. João para o Brasil foi a unidade territorial e lingüística, base indispensável à estruturação do Estado nacional. D. João lançou os alicerces das principais instituições político-econômicas que viabilizaram o crescimento do Brasil, para não mencionar as de caráter administrativo, científico-cultural, jurídico e militar, encerrando o período colonial.***

importante a transferência da Corte para o Rio de Janeiro que alguns historiadores consideram ter a emancipação econômica do Brasil se verificado em 1808, dadas as tão favoráveis condições da balança comercial. A transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro assinala um rompimento com o Colonialismo. O Brasil tornou-se autônomo sem ser independente. Com D. João no Brasil, tudo mudou. Ergueu-se um reino não apenas no papel, fazendo surgir um governante de perfil inteiramente diferente, a julgar pelos seus atos e falas. Mais

do que palavras ou propósitos, são os atos de D. João que traçam sua imagem e revelam sua importância na formação do Estado brasileiro.

Apesar da imediata e violenta repressão que levou ao heróico sacrifício dos líderes brasileiros do movimento de independência do Brasil, de cunho republicano, conhecido como a Revolução Pernambucana de 1817, não hesitou em preservar a unidade nacional e evitar a fragmentação do território em mãos alienígenas. Dominada a sedição, falou mais alto a sua bondade e o rei concedeu perdão em alguns casos isolados e, logo depois, anistia geral.

Não vacilou em extinguir as sociedades secretas que ameaçavam a ordem pública e o governo.

Deu organização ao Estado, criando o Conselho de Estado, a Intendência Geral de Polícia, o Conselho da Fazenda, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Superior Militar, o Desembargo do Paço e a Casa de Suplicação (Supremo Tribunal).

A política externa teve por característica fundamental a estreita aliança e o aumento dos acordos co-

merciais com a Inglaterra, bem como o espírito de represália e o expansionismo do reino.

Mal chegou, D. João lançou proclamação, a 1<sup>a</sup> de maio de 1808, anunciando a criação de um novo império e declarando guerra à França.

A Guiana Francesa, indefesa e pela sua proximidade, vinha de encontro aos intentos de revide de D. João e, concomitantemente, de fixação definitiva dos limites norte das fronteiras brasileiras. Dessa forma, organizou uma força que conquistou Caiena e estendeu os seus domínios ao Caribe até 1817, quando a devolveu à França, em consequência do acordo resultante do Congresso de Viena. Instituiu a *Ordem da Torre e da Espada* para assinalar essa memorável época.

As lutas ao Sul do Brasil, que marcaram a política expansionista do novo império, aproveitando-se das ambições de D. Carlota Joaquina, atendiam aos interesses da Coroa de se opor aos espanhóis. A intervenção no Prata resultou na incorporação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina, após habilidosa mano-

bra de D. João junto à Corte de Madri.

Para executar sua política externa, D. João dotou o Brasil de um Exército permanente moderno.

Os acontecimentos políticos que agitaram Pernambuco ofuscaram a aclamação de um rei na América, em 6 de fevereiro de 1818, no Campo de Santana, a partir daí batizado de Campo da Aclamação, assim como o casamento do Príncipe D. Pedro com D. Maria Leopoldina d'Áustria, filha de Francisco I e de Maria Teresa de Bourbon, a 13 de maio de 1817.

As palavras do Marquês de Caravelas no Senado, já em 1826, recordam o período de D. João VI e refletem o sentimento que devemos guardar:

*...nós todos os que aqui estamos temos muitas razões para nos lembrarmos do Sr. D. João VI; todos lhe devemos ser gratos pelos benefícios que nos fez; elevou o Brasil a Reino, procurou por todos os meios o seu bem; tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados.*

Deve-se, da mesma forma, ter em mente a recomendação de D. João VI ao príncipe herdeiro, dois dias antes de partir:

*Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros.*

Não se prega que se fechem os olhos às mazelas do tecido histórico e se exalte somente os bons resultados para o Brasil do advento da Corte e da ação de D. João VI. Mas seria ingratidão continuar a encarar as nossas origens como algo que nos cause vergonha e a ridicularizar a figura histórica daqueles a quem muito se deve. Fernando Pessoa lembra *que pesa neles o passado e o futuro, dorme neles o presente.*

*Assim como não pediu para nascer, não pediu D. João para ser rei. Rei seria o outro, o irmão educado especialmente para isso, mais velho, mais inteligente e até menos feio...*, retrata Luiz Edmundo, o monarca, na sua obra *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Porém, reconstituindo-se a História, ao que tudo indica, a figura de D. João VI está sendo merecidamente reavaliada.

*D. João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda o é, um rei popular*, no dizer de Oliveira Lima.

D. João VI é reconhecido como o verdadeiro fun-

dador da nacionalidade brasileira. A sua popularidade é explicada claramente pelo grande amor demonstrado ao Brasil. Talvez a sua nítida predileção pelo Brasil provocasse em Portugal ressentimentos. Prisioneiro das Cortes em Lisboa, soltou-se no Brasil, onde foi feliz e pôde dar mostras de capacidade e de suas qualidades.

É chegada a hora, pois, de se enxergar D. João VI com outros olhos, de se rever o importante papel por ele desempenhado como estadista.

*L'Histoire est toujours à relire et toujours inconnue.*

## CRONOLOGIA DE D. JOÃO VI NO BRASIL

### 1808

- 22 de janeiro - Chegada de D. João a Salvador, na Bahia.
- 28 de janeiro - Assinatura da Carta Régia de "Abertura dos Portos" brasileiros.
- 27 de fevereiro - Partida de D. João de Salvador.
- 07 de março - Chegada de D. João ao Rio de Janeiro.
- 01 de abril - Revogação da proibição de manufaturas no Brasil.
- 20 de abril - Criação do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens
- 10 de maio - Criação da Casa da Suplicação do Brasil e da Intendência Geral da Polícia
- 13 de maio - Estabelecimento da Impressão Régia
- 10 de junho - Declaração de guerra a Napoleão.
- 28 de junho - Criação do Erário Régio e do Conselho de Fazenda.
- 23 de agosto - Criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.
- 12 de outubro - Criação do Banco Público e seus estatutos.
- 23 de novembro - Regimentos do Físico-mor e do Cirurgião-mor.

### 1809

- 14 de janeiro - Ocupação da Guiana Francesa.

**1810**

- 19 de fevereiro - Tratado de Amizade e Aliança com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.
- 04 de dezembro - Criação da Academia Real Militar.

**1812**

- 25 de janeiro - Criação de um Laboratório Químico Prático.

**1813**

- 01 de abril - Aprovação do Plano de Estudos de Cirurgia, apresentado pelo médico da Real Câmara Manuel Álvares de Carvalho.

**1816**

- Março - Chegada da Missão Artística francesa.
- 19 de março - Falecimento de D. Maria I.
- 12 de agosto - Criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios.
- Outubro - Invasão da Banda Oriental do Uruguai.
- 16 de dezembro - Carta de Lei elevando o Estado do Brasil à categoria de reino.

**1817**

- 09 de janeiro - D. Pedro recebe o título de príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- 14 de março - República de Pernambuco durante 74 dias.
- 13 de maio - Casamento de D. Pedro com D. Leopoldina.

**1818**

- 06 de fevereiro - Aclamação de D. João como Rei de Portugal, Brasil e Algarves.
- 30 de março - Proibição das sociedades secretas.
- 16 de maio - Condições do estabelecimento de uma colônia de suíços.
- 08 de novembro - Devolução da Guiana.

**1821**

- 18 de fevereiro - Decreto determinando o regresso de D. Pedro a Portugal e convocando os procuradores eleitos pelas Câmaras do Brasil, Açores, Madeira e Cabo Verde para uma Junta de Cortes.
- 23 de fevereiro - Nomeação dos integrantes da Junta de Cortes.
- 26 de fevereiro - Movimento constitucional feito pela tropa portuguesa e juramento da futura Constituição.
- 02 de março - Decreto suspendendo a prévia censura para impressão.
- 07 de março - Instruções para as eleições dos deputados; decisão de transferir a Corte para Lisboa, ficando D. Pedro encarregado do governo provisório do Brasil.

- 21 de abril - Tumultos na Praça do Comércio.  
22 de abril - Decreto nomeando D. Pedro regente do Brasil e dando-lhe instruções.  
26 de abril - Partida de D. João VI e da Corte para Portugal.  
31 de julho - Anexação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina. ☉

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora 1998.
- CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- FROTA, Guilherme de Andrea. *Panorama da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1992.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- PEREIRA, Heloisa Santos. *Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: ACVM Editora Ltda., 1993.  
(Transcrito do Jornal do Exército, de abril de 2000, publicação oficial do Estado-Maior do Exército de Portugal)

*"As palavras de conforto,  
bem administradas, são a mais antiga  
terapia que o homem conhece."*

*Louis Nizer*

*"A Ciência não pode resolver o mistério  
definitivo da natureza, porque, em última análise,  
nós mesmos somos parte do mistério que  
estamos tentando resolver."*

*Max Planck*